

ATA N.º 4/2023

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM
22 DE SETEMBRO DE 2023**

Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, pelas catorze horas e quinze, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de catorze de setembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2023;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da Proposta da 2.ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da formação de contrato para o fornecimento contínuo de combustíveis para os veículos do Município - Autorização de abertura do procedimento e de assunção dos compromissos plurianuais;
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação da Proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo;
- Ponto 5 -** Análise, discussão e votação da Proposta de contratação de empréstimo a curto prazo;
- Ponto 6 -** Análise, discussão e votação da Alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2023;
- Ponto 7 -** Análise, discussão e votação da desafetação de duas parcelas de terreno, sitas no Loteamento de Pojares, com a área de 75,80m² cada, totalizando 151,60m²;

O Senhor Presidente da Assembleia abriu a sessão cumprimentando o Executivo Camarário, na pessoa do seu Presidente, os Senhores Membros da Assembleia e os funcionários que participavam na sessão.

Informou o público presente que, caso pretendessem fazer alguma intervenção, a mesma só poderia ser realizada no fim da sessão, devendo para tal efetuar-se inscrição na mesa, referindo nome, morada e assunto a tratar. Informou, ainda, que as intervenções eram limitadas a cinco minutos por cidadão.

De seguida, o Primeiro-Secretário Tiago Silva procedeu à chamada dos membros da Assembleia. Realizada a chamada verificaram-se as ausências dos Senhores Deputados Carlos Miguel Carvalho, que apresentou justificação, João Fonseca Almeida, Ricardina Aguiar e António Augusto da Costa.

Na sequência do falecimento do Senhor Alberto da Silva Fernandes, o Movimento de Cidadãos Independentes, PNT – Pela Nossa Terra, com assento na Assembleia Municipal, apresentou à Mesa da Assembleia uma moção de pesar. Esse ato foi igualmente seguido pela Sra. Deputada Lourdes Marinho, transcrevendo-se na presente ata as referidas moções:

“O falecido Senhor Silva Fernandes foi eleito deputado municipal, em três mandatos, que honrou sempre com uma participação cívica e política exemplares. Interveio também ativamente na vida do Concelho, nomeadamente na génese e presidência da Associação “Amigos dos Pereiros”, ou na organização das “Jornadas Cooperativas”, em edições muito interessantes e valorizadas, quer pelas individualidades da área que conseguiu congregar em torno das iniciativas, quer pela qualidade dos temas abordados edição após edição. Distinguiu-se ainda pela sua ação na área da solidariedade.

Neste momento de luto pela sua perda, o Concelho, através dos seus eleitos municipais, regista o percurso exemplar, agradece os seus múltiplos contributos e lamenta a sua morte, apresentando e votando esta nota de pesar, na reunião de 22 de setembro de 2023, de cujo teor será dado oportunamente conhecimento à Família”.

Seguiu-se um minuto de silêncio.

A Senhora Deputada Lourdes Marinho referiu que o Doutor Silva Fernandes foi uma pessoa marcante. Tinham-se encontrado na Assembleia Municipal em 1982, e considerou-o Homem influente, tendo transmitido saberes a ela e a outros. Referiu-se ao Doutor Silva Fernandes como uma pessoa que merecia o nosso respeito, pois havia sido, talvez de entre os Pesqueirenses, aquele que mais contribuiu para o crescimento do Concelho, mais propriamente da Aldeia dos Pereiros, prestando-lhe assim a sua homenagem:

“Cumpre-me o doloroso dever de homenagear um Senhor com S maiúsculo, um Ser Humano de Excelência, sempre empenhado em servir com toda a competência, zelo, dedicação e que estava sempre presente onde necessitavam, um Homem Bom, Culto e Honesto. Convicto da sua Fé, irá continuar a acompanhar e a servir de inspiração nas Instituições, Associações e causas a que dedicou muito da sua vida e do seu saber. Obrigado, Dr. Silva Fernandes pelo legado que nos deixou, como amigo e como exemplo a seguir. Obrigado pela sua Humildade, Educação, Correção e Isenção. O seu exemplo ficará para sempre, vincado nos nossos corações. As nossas sentidas condolências à esposa, filhas e restante família enlutada.

Paz à sua alma

Até sempre Dr. Alberto Júlio da Silva Fernandes”.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia propôs um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Alberto da Silva Fernandes, tendo o mesmo sido o aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou aos representantes da autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos.

Inscreveu-se o Senhor Joaquim Carvalho. Começou por cumprimentar os presentes e, na qualidade de representante da assembleia municipal na CPCJ, informou que – desde a sua tomada de posse até então – tinham decorrido três reuniões, pese embora só tivesse estado presente numa dessas reuniões, por motivos de baixa médica. Na reunião em que marcou presença havia sido apresentada a Atividade e tinham dado conta do número de casos identificados e de outros já em fase mais adiantada. Informou ainda, que no final do ano, iria ser feito um Relatório e enviado à Assembleia. Notou que no dia 29 de setembro iria decorrer nova reunião, mas já seria a Dra. Eunice a representar a Assembleia Municipal na CPCJ.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou a Ata da última Assembleia à aprovação, deixando a mesma sujeita a eventuais propostas de alteração ou correções. Inscreveram-se a Senhora Deputada Lourdes Marinho e o Senhor Deputado António Balça, que apresentaram sugestões à ata, tendo sido consideradas e aceites pela Mesa da Assembleia.

Não havendo mais intervenções sobre a Ata, colocou-se a mesma à votação da Assembleia, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção de Susana Santos, João Carlos Cardoso, Cláudia Martins e António Froufe por não terem estado presentes.

O Presidente da Assembleia deu conta da correspondência recebida, informando que ficaria arquivada na correspondente pasta para quem a quisesse consultar.

Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre assuntos de interesse para o Município. Inscreveram-se os Deputados Frederico Selores, Teófilo Anjos, Maria de Lourdes Costa e António Lopes Balça.

O Senhor Deputado Frederico Selores cumprimentou os presentes e abordou o tema preocupante do estado atual da viticultura duriense e as dificuldades com que os agricultores se depararam para entregar Uvas, acrescido do facto do corte do benefício em 12%, a que se juntava o não menos preocupante preço que se vislumbrava para o vinho de consumo, deixando antever uma crise económica e social grave, agudizada com as quebras de vendas de vinhos e com os aumentos de produtos fitofármacos e gasóleo. Lembrou que, aquando da última assembleia municipal em que havia participado, tinha perguntado ao Senhor Presidente se descortinava alguma forma de resolvermos esta situação. E perguntou,

novamente, ao Senhor Presidente e aos membros do Executivo o que estava a ser preparado para, em conjunto, se tentar resolver estas questões: "reconheço que não será fácil, não depende exclusivamente da Câmara, dependerá de todos nós, dependerá do Mercado, mas haverá alguma coisa que a Câmara possa fazer juntamente com o poder político para tentar minimizar a situação dos agricultores e viticultores?", questionou.

Prosseguindo o seu raciocínio, e visando mais concretamente a visita da Senhora Ministra da Agricultura, presente em São João da Pesqueira aquando da Vindouro, o Senhor Frederico Selores afluorou o assunto do adiamento para Novembro do pagamento de subsídios e interpelou o Senhor Presidente da Câmara para tentar obter resposta junto do Governo, tentando perceber quais os motivos que levaram a tal adiamento.

O senhor Frederico Selores terminou a sua intervenção aludindo ao Desporto, mais concretamente na vertente do Atletismo, visando a Associação «Durius», no sentido de tentar perceber o que se estava a passar com a não-aposta na prática dessa modalidade.

Tomou a palavra o Senhor Deputado António Balça, começando por se referir à última edição da Vindouro. Apesar de não ter estado presente e de ter acompanhado à distância, a Vindouro superou a edição do ano anterior, quer em organização, quer em número de expositores e visitantes, o que traduzia o trabalho do Executivo. Aproveitou para destacar a já habitual presença do Senhor Presidente da República (a quem foi entregue a Chave do Concelho), sinal da amizade que ele deposita em São João da Pesqueira e de também querer abraçar as causas de quantos querem mais e melhor para o Concelho.

Prosseguindo a sua intervenção, e na mesma linha de pensamento crítico do Senhor Deputado Selores, o Senhor Deputado António Balça referiu a presença da Senhora Ministra da Agricultura na abertura da Vindouro, sublinhando a ideia - transpareceu - de que ela sabe pouco dos problemas (já antigos) que afetam a Região, notando que não ouvira medidas concretas para fazer face aos problemas e vincando que também não compreende a mudança no prazo de pagamento dos apoios aos agricultores. Ainda assim, e por contraposição à Senhora Ministra, o Senhor deputado António Balça aproveitou a ocasião para elogiar o discurso proferido pelo Senhor Presidente da Autarquia, tendo defendido um quadro que regulamente a região demarcada do Douro. A seu ver, assertivo e muito conhecedor dos problemas da Região que, ano-após-ano, teimam em destruir o Douro e os pequenos agricultores, agravando a sustentabilidade económica do sector. Apontou, ainda, o dedo aos sucessivos Governos que, com as tomadas de decisão, nos conduziram para o fosso atual e lamentou a extinção da Casa do Douro, esse garante de estabilidade que, antes de cada vindima, estipulava um preço mínimo a pagar por cada pipa de vinho generoso.

Na prossecução da sua intervenção, o Senhor Deputado António Balça recordou que somos Cidade Europeia do Vinho e que também os Municípios adjacentes fazem festas alusivas ao Vinho, mas alertou que essas festas não vão ter sucesso,

nem continuidade, se nada for feito, uma vez que o pequeno agricultor vai abandonar as suas vinhas e vai ficar apenas a paisagem, hoje considerada como Património Mundial da Humanidade. Nos dizeres do mesmo, caberá aos Políticos (que alteraram as Regras) a tarefa de criar mecanismos que tragam dignidade aos Agricultores. E por isso, lembrando as palavras do Senhor Presidente da República na Vindouro, considerou que os Autarcas são fundamentais nessa estratégia, porque lideram os muitos Municípios que constituem a Região Demarcada do Douro. Em jeito de conclusão, lançou o repto: *"Senhor Presidente, como espírito empreendedor que lhe conheço e participativo, resta-lhe meter mãos à obra, chamar todos os autarcas que fazem parte da região do Douro e desenharem um quadro que altere este estado de coisas em que caiu o Douro e se ajuste à realidade de hoje e de amanhã"*.

Tomou a palavra a Senhora Deputada Maria de Lourdes. Visando o novo Ano Letivo deixou um voto de sucesso para os Professores, e aproveitou para deixar alguns considerandos quanto à responsabilidade de professores (pelas greves), pais e alunos no que concerne à proibição de telemóveis na sala de aulas, argumentando que algumas escolas já proibiram o uso dos mesmos, pois "os professores são um veículo de transmissão de conhecimentos e o aluno é um recetor. Ora, se o um aluno está constantemente com o telemóvel não pode ouvir o professor", alertou. Manifestou, ainda, preocupação pela opção dos manuais digitais, porque possibilitam que o aluno faça «copy-paste», aquando dos trabalhos escolares, sendo que, nos dizeres da mesma, "isso não é aprendizagem, é fazer uma compilação do conhecimento de outros, e para o aluno progredir tem que interiorizar aquilo que sabe".

Pegou na palavra o Senhor Deputado Teófilo Anjos, e após cumprimentar os presentes, referiu-se à problemática da pouca rentabilidade da agricultura e de outros problemas já identificados, mas frisou que as soluções teimam em não aparecer. E, para colmatar algumas falhas, sugeriu que se deveria repensar a instalação dos Ministérios, pois a proximidade ajudaria a resolver muitos problemas. Mudando de tema, o Senhor Deputado Teófilo Anjos deixou uma palavra de apreço e agradecimento pelo trabalho da Proteção Civil Municipal aquando das últimas tempestades. Valorizou a eficácia e a rapidez com que desobstruíram as vias para que todas as pessoas pudessem circular, e frisou o trabalho das duas Corporações de Bombeiros de Ervedosa e de S. João da Pesqueira que, em conjunto com a Proteção Civil Municipal, auxiliaram e prestaram um bom trabalho. Terminou a sua explanação com referência ao facto de São João da Pesqueira ter o título de Vila mais antiga do País, fruto de foral outrora atribuído. No entanto, alertou que, ao longo dos anos, o Município de Ponte de Lima é que tem mantido e usado erradamente esse slogan, essa bandeira, no sentido de promover o seu território. E deixou o alerta: pese embora, tanto no Mandato anterior como neste Mandato, o Executivo tenha divulgado de forma extraordinária o Concelho, e pese o facto de o Senhor Presidente em declarações nas intervenções públicas frisar que São João da Pesqueira é, de facto, a Vila mais antiga do País, a seu ver

isso tem sido insuficiente e obriga a repensar uma estratégia para promover (ainda mais) o nosso Concelho, porque para além de ser um marco histórico, é também similarmente uma atração turística e deixou - à consideração do Executivo da Câmara e também dos membros da Assembleia - a ideia de se criar um memorial que simbolizasse esse marco histórico.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra e disse comungar dos problemas e preocupações do Douro. A seu ver, um "assunto que o Douro, como região, tem que agarrar com muita garra pois a tendência não é para melhorar, a tendência é para piorar", que carece de união para fazer valer os direitos e valores como Região, sob pena de desaparecerem os agricultores (pequenos e médios) bem como as Adeias Cooperativas. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal prosseguiu a sua intervenção, notando que pode dar-se uma transfiguração na Região e na Paisagem, correndo o risco de acabar também o Turismo. Disse saber que o Executivo tem estado atento a esta situação, apelou à união, e assinalou o esforço cada vez maior de quem vive da agricultura (também por falta de mão-de-obra), mais especificamente da vinha e do vinho, sublinhando que a Casa do Douro faz falta e que a Juventude (no Douro, mas também um pouco por todo o Mundo) tem que despertar para a dura realidade e para as dificuldades da vida, perceber quão custoso é pôr pão na mesa, cabendo a todos o papel de educar os jovens e incentivá-los a trabalhar. Posto isto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro cumprimentou os presentes e começou por fornecer algumas informações acerca das obras em curso, referindo que a requalificação da EN 222-3 estava concluída e que as obras do Parque da Ferradosa e da Zona Industrial estavam também quase concluídas, prevendo-se o término das mesmas para finais de Outubro. Ainda no que concerne a Obras, informou que já haviam iniciado as obras de requalificação do jardim do Bairro de Cidrô, bem como da zona de jardim da Escola de Espinho e, ainda, do Parque de Estacionamento do Centro de Saúde.

O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção visando a Vindouro e, como já haviam sido tecidas muitas considerações, sublinhou apenas que o evento havia corrido muitíssimo bem, tendo havido um número record de produtores e empresários presentes.

O Senhor Presidente da Câmara informou, ainda, que se iria realizar o Congresso da Associação Nacional de Municípios, onde iria marcar presença na qualidade de Presidente da Câmara, fazendo-se acompanhar do Presidente da Assembleia Municipal e também do Presidente de Junta Teófilo Anjos, eleito pela Assembleia Municipal como Representante da mesma. Adiantou que, no referido Congresso, se iriam debater temas como a Descentralização e a Coesão Social e, pela primeira vez, a Associação Nacional de Municípios iria apresentar uma Proposta visando questões fiscais com o intuito de corresponder às necessidades dos Concelhos mais pequenos.

Na prossecução da sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara informou que estavam no Concelho um grupo de nadadores que fazem competição olímpica - natação em águas abertas - e que haviam escolhido a Ferradosa para treinar. Aludiu, ainda, ao Projeto da Babaus "Douro Street Art Festival", que estava a decorrer em Nagoselo, com o intuito de pintar murais com pinturas alusivas ao território como forma de reconhecimento do território e das pessoas que fizeram o Douro.

Mudando de tema, e visando a Educação, o Senhor Presidente referiu os apoios que vêm sendo dados (como os vales escolares, os prémios de mérito, as bolsas de mérito e sociais) e adiantou que, no que concerne aos vales escolares para 2023/2024, abrangeram um total de 838 alunos, cifrando-se o apoio num valor de setenta e dois mil oitocentos e oitenta euros. Já no respeitante ao Programa Universidade Júnior (contempla os melhores alunos) informou que haviam sido despendidos cinco mil duzentos e trinta euros. Nas bolsas de mérito, atribuídas a alunos com nota a partir dos 14 valores, haviam sido atribuídas 25 bolsas de mérito, num valor de dezoito mil novecentos e dezanove euros.

Quanto ao prémio de Conclusão do Ensino Secundário para o Melhor Aluno (houve três alunos do Agrupamento com a média de 19 valores e um aluno da Escola Profissional também com média de 16 valores) informou que o apoio se fixou em dois mil euros. Adiantou, ainda, que relativamente às bolsas sociais (que iriam ser atribuídas) o valor iria rondar os vinte mil euros.

Mudando de tema e indo de encontro às questões colocadas, o Senhor Presidente solidarizou-se com as intervenções dos Senhores Deputados Frederico Selores, António Balça e Teófilo Anjos em relação aos problemas do Douro, frisando ser da opinião de que os Políticos se devem envolver nas questões que afetam as populações que servem e, também por isso, abordou o tema no discurso de abertura da Vindouro, elencando problemas a resolver e apontando questões pertinentes. Tendo ido mais longe, referiu que entregou à Senhora Ministra da Agricultura um documento e tinha enviado essa mesma Proposta para a próxima reunião da CIMDouro, incluindo o Assunto da problemática do Douro na Ordem do Dia, tendo levantado questões e adiantado soluções, após ter auscultado Particulares, Comércio e Cooperativas, para que a CIMDouro arrepie caminho, tomando uma posição de força. Nos dizeres do mesmo, lançou, inclusive, um "desafio à Senhora Ministra, para que indicasse uma Comissão ou uma pessoa específica que se dedicasse de forma exclusiva à problemática do Douro, que venha ao território, que não dite questões meramente académicas e de teoria (o que é que o Douro deve fazer) mas que ouça todos, que não ouça sempre os mesmos, que ouça o território, que perceba o que se passa, que estude, que faça um estudo mesmo aprofundado, e que, depois, em conjunto, se obtenham soluções".

Respondendo mais especificamente à questão anteriormente colocada pelo Deputado Francisco Selores, o Senhor Presidente disse que ia tentar perceber junto da Ministra da Agricultura o porquê ou a que se devia o adiamento do pagamento

dos subsídios. Relativamente à outra questão do atletismo na Associação Durius disse não saber responder, aconselhando a colocarem essa questão à Associação, garantido apenas que, no que respeita ao Associativismo, quer cultural quer desportivo, o Município apoia essas Associações, mas não compete ao Município definir as Atividades.

Relativamente às intervenções dos Senhores deputados António Balça e Teófilo Anjos, o Senhor Presidente disse que apenas podia responder por ele e nunca pela Ministra ou Ministério da Agricultura e agradeceu, em nome dos funcionários, os elogios feitos à Proteção Civil, destacando o facto de o pessoal estar sempre disponível para acorrerem às diversas situações e, por isso mesmo, aquele era um reparo merecido para os funcionários.

Finalizando, e no tocante à Promoção do Território, o Senhor Presidente elencou o trabalho que tem vindo a ser feito pelo Executivo para “colocar a Pesqueira no Mapa”, adiantando que 2024 iria ser um ano em que procurariam deixar mais uma “marca”, acentuando a celebração do foral de São João da Pesqueira como a Vila Mais Antiga do País.

Não havendo mais inscrições deu-se por encerrado o período de antes da ordem do dia.

Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal/Informação do Auditor Externo referente ao 1.º Semestre de 2023.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou o ponto, abrindo inscrições para quem quisesse intervir neste ponto.

Inscreveu-se a Senhora Deputada Lourdes Marinho, começando por dizer que a Atividade apresentada é a sumula de todos os Gabinetes, notando que o Gabinete dedicado à Agricultura apenas havia indicado dois itens, sendo que a seu ver muito mais há a ser feito para defender a Agricultura que está em crise, onde escasseia mão-de-obra (e a que há é excessivamente cara), cenário incomportável e insustentável, tendo visado também o trabalho da Ministra da Agricultura. E aproveitou para questionar acerca do Protocolo que havia sido feito, em Parceria com a Escola Profissional e o Ministério da Agricultura, onde se previa investir um milhão de euros na Quinta de Santa Bárbara, sugerindo que ainda não havia notado trabalho ou investimento relativamente a esse Protocolo.

Na prossecução do seu discurso, a senhora Deputada Maria de Lourdes aludiu ao bom trabalho da Proteção Civil, mas preferiu dizer que a oposição devia servir, antes de mais, para (ao invés de elogiar) sem criticar ninguém, notar o que está mal, no sentido de se corrigir e fazer melhor. Aludiu à visita técnica feita ao derrame de óleos na recente Obra do Parque das Bateiras e lembrou que tinha sido celebrado o Protocolo com o compromisso do Senhor Benjamim e de quem explora o Bar de manterem a zona limpa, não devendo, pois, ser necessária a intervenção da Câmara, bastando para tal cumprir o que havia sido protocolado. Direcionando o seu discurso para a vertente financeira, a Senhora Deputada Maria de Lourdes afirmou ter ficado admirada com a dívida a rondar os oito

milhões e duzentos mil euros. Notou, ainda, que o Auditor externo refere que “é da responsabilidade do Executivo a adoção de critérios contabilísticos adequados”, considerando isso uma grande falha. Relativamente às Demonstrações Financeiras, e referindo o ponto doze, notou: “para os primeiros seis meses do ano o Município não procede ao registo de todos os rendimentos relativos a subsídios aos investimentos os quais devem ser imputados em função das amortizações, daqui resulta que o resultado líquido apresentado no balancete geral se encontra influenciado por um montante que não foi possível quantificar”, tendo, por isso mesmo, questionado que se não é possível quantificar, como pode o Auditor Externo fazer uma apreciação fidedigna? E teceu críticas aos principais comentários como: “todavia não foi elaborado o relatório formal de avaliação de...” depois a seguir, “...a obrigatoriedade de implementação da contabilidade de gestão a qual ainda não se concretizou...” ou “...contudo o Município não elaborou qualquer relatório anual de plano de gestão de riscos e infrações conexas”. Em jeito de finalização da sua intervenção, a Senhora Deputada Maria de Lourdes referiu que “as dívidas a fornecedores aumentaram duzentos e cinquenta mil euros no primeiro semestre do ano; as dívidas a curto prazo aumentaram vinte e quatro mil cento e oitenta euros; os custos com pessoal aumentaram 12%, num montante de duzentos e tal mil euros; o desvio orçamental estimado nesta data ascende a dois milhões noventa e oito mil e trinta e sete euros; e salientou que, apesar da situação económica e financeira apontar, de acordo com o Revisor de Contas, para uma liquidez elevada, o endividamento do Município era superior à média dos Municípios face às receitas próprias (que apenas eram 24%), refletindo uma dependência considerável das transferências do Estado. E concluiu, alertando para o facto de a dívida, em Junho, ascender a um total de cerca de sete milhões de euros.

Tomou a palavra o Senhor deputado Teófilo Anjos. Começou por aludir à VINDOURO, como Atividade Municipal e grande imagem de marca do Concelho, mobilizadora de pessoas e cuja exigência perene é cada vez maior, até porque tem contado com a Presença do Senhor Presidente da República, o Chefe Maior do Estado, fator que dignifica ainda mais o certame.

Mudando de assunto, o Senhor deputado Teófilo Anjos expressou o seu contentamento pela conclusão da Obra na Estrada 222-3 Pesqueira-Ferradosa, alertando, no entanto, para a perigosidade que a mesma oferece em algumas zonas com mais curvas e para a necessidade de colocação de rails e mais sinalização vertical, bem como de marcação da estrada (até porque se aproxima o Inverno, que traz consigo geadas e formação de nevoeiro).

Tomou a palavra o Senhor Deputado Joaquim Carvalho, o qual começou por realçar o discurso objetivo e assertivo do Senhor Presidente da Câmara, aquando da abertura da Vindouro perante a presença quer da Ministra da Agricultura, que do Presidente do IVDP. Prosseguiu o seu raciocínio dizendo que, na qualidade de pequeno viticultor, não gostou porém, de ouvir a Senhora Ministra da Agricultura dizer que nem tudo era assim tão mau e que a Região até lucrou mais em vendas,

porque efetivamente esse valor não se sente nos bolsos dos pequenos agricultores que compõem a Região. O Senhor Deputado Joaquim Carvalho prosseguiu, enaltecendo a presença e o discurso de improviso do Senhor Presidente da República, tendo brindado os presentes com palavras carinhosas e de afeto e, atendendo ao facto de (para além da presença do outrora Presidente Jorge Sampaio) o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa já ter estado presente três vezes e ter prometido voltar na próxima edição, também já como novo cidadão Pesqueirense (recebeu a Chave de Honra do Concelho), no entender do mesmo, ficará para sempre ligado à VINDOURO.

Ainda referente à VINDOURO, e não obstante o sucesso, o Senhor Deputado Joaquim Carvalho apontou aspetos a melhorar e deixou a sugestão de se cobrar um bilhete geral, conferindo às pessoas acesso a todas as atividades ou, então, a cobrança de um bilhete à noite para assistir aos espetáculos musicais, uma vez que o investimento é avultado. Como os engarrafadores não pagam aluguer de espaço, o Senhor Deputado Joaquim Carvalho sugeriu, ainda, que fosse discutida uma Proposta de Promoção do Preço dos Vinhos expostos, de modo a incentivar os visitantes a comprar mais vinhos. Notou, contudo, que algumas pessoas até compraram vinhos (essencialmente para as refeições) aos expositores presentes. Direcionando o discurso para o Desporto, o Senhor Deputado Joaquim Carvalho parabenizou o Executivo pelo facto de o Pavilhão ter piso novo e sugeriu que se alargasse o espaço do Ginásio de Musculação, uma vez que é um dos espaços mais usados. Como dirigente do «Durius» aproveitou a oportunidade para esclarecer que a Associação não havia acabado com o Atletismo, mas apenas com a Formação dessa área desportiva.

Não havendo mais inscrições, e tendo todos os Deputados anteriormente inscritos usado da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente Manuel Cordeiro, para que pudesse responder ou esclarecer as intervenções anteriores.

O Senhor Presidente começou por mencionar que a informação municipal é imensa e a mais detalhada possível e, ao contrário de outras épocas, mostra de forma clara o valor real da dívida. Mais afirmou que essas informações são pedidas aos responsáveis pelas várias áreas, não devendo, contudo, o número de alíneas espelhar o trabalho desenvolvido, uma vez que isso seria muito redutor, não refletindo, por exemplo, na área da Agricultura o que é investido em caminhos, limpeza, extensão de linhas elétricas, linhas de água ou em eventos que promovem o território.

Relativamente à questão colocada alusiva à Quinta de Santa Bárbara, o Senhor Presidente disse que devemos aguardar pelo projeto que está a ser elaborado e cuja responsabilidade é da DRAP-N. No tocante à agricultura, prosseguiu, dizendo que, em relação aos Movimentos, é melhor tentar do que não resolver nada e disse discordar da posição da Senhora Maria de Lourdes, que havia dito *"não pensemos que agora vamos criar um movimento que consiga resolver as coisas"*

porque isto está tudo dominado pelos exportadores”, alegando que vale a pena lutar pelo Douro.

Respondendo à questão que visava a proteção civil, o Senhor Presidente esclareceu que as visitas técnicas da proteção civil se destinam a identificar problemas e a interpelar possíveis responsáveis e notou que, nas páginas 16 e 17 constava a informação referente à visita técnica para verificar o derramamento de óleo nas Bateiras e reforçou que a Proteção Civil faz o que lhe compete, assumindo responsabilidades quando são da Câmara ou imputando-as a Terceiros, quando são de Terceiros.

Seguidamente, o Senhor Presidente mudou o foco para as questões que haviam sido feitas relativamente ao Relatório do Auditor Externo, tendo começado por responder à Senhora Deputada Maria de Lourdes, esclarecendo a situação financeira: *“oito milhões duzentos e cinco à data; saldo de operações 467.843,18€. A diferença está nas dívidas a fornecedores em 18-09-2023 igual a 1672628,50€”* esclarecendo que eram despesas com obras da Ferradosa, obras da Zona Industrial, da EN- 222 que não está toda paga e a Obra de Ervedosa e sublinhou que havia um milhão e duzentos para pagar, mas também referiu que a dívida seria paga e que a Câmara iria receber 85% de Fundos Europeus, realçando mais uma vez que não eram dívidas à Banca, mas antes a Empresas que executam Obras, cujas Faturas existiam após aprovação em Reunião de Câmara, reforçando que a dívida se encontrava nos sete milhões e duzentos.

Prosseguindo o seu discurso, o Senhor Presidente assumiu que a Contabilidade de Gestão não estava implementada, nem no Município de São João da Pesqueira, nem em nenhum Outro, e justificou: *“era preciso ter mais recursos, pessoas especializadas; a norma de controlo interno não está a ser respeitada, porque não podemos colocar o próprio pessoal do Município a controlar o próprio pessoal do Município, já vos tinha explicado isto, se quisermos cumprir a norma de controlo interno temos que contratar mais serviços porque não pode ser o Dr. Paulo a fiscalizar-se a ele, não pode ser o Eng. Pedro a fiscalizar-se a ele, essa era a única forma de cumprir ou então contratar recursos especializados externos”.*

Para terminar o seu raciocínio, o Senhor Presidente usou o plasmado na página 7 do Relatório, frisando que no primeiro semestre haviam aumentado o *“valor do património num milhão e quatrocentos mil”*, ou seja, haviam feito mais investimento e diminuído o valor do passivo em trezentos e oito mil euros. Conclui, respondendo à Senhora Maria de Lourdes, que o Pessoal diminuiu, tendo aumentado apenas o custo do mesmo, dados as subidas de posição remuneratória, subsídios, progressões na carreira, aumento do salário mínimo, etc., tendo adiantando que, se houver necessidade, o pessoal aumentará, mas o Mapa mostra que o Pessoal diminuiu em número de três funcionários.

Relativamente ao facto de o Auditor referir que o endividamento do Município da Pesqueira é superior à média dos Municípios, o Senhor Presidente esclareceu que *“a relação que se faz é com todos os Municípios, entrando para as contas municípios grandes como por exemplo Lisboa ou Porto. Municípios grandes, fazem*

uma média e os Municípios que dependem 80% do orçamento de Estado, como nós e a maioria dos Municípios, como Régua, como Sernancelhe, ficam acima da média de gerar receitas próprias, obviamente”.

O senhor Presidente dirigiu-se, depois, ao Senhor Teófilo Anjos, que havia felicitado a Câmara pela requalificação da EN 222-3, nos dizeres do mesmo *“uma Obra esperada há mais de vinte anos e que devia ser reconhecida, porque ilustrava o trabalho meritório do Executivo”*, tendo adiantado que, para além da pavimentação e drenagem, também já haviam colocado rails, arranjado alguns muros caídos e iriam avançar com a colocação de sinalização vertical.

O senhor Presidente prosseguiu, direcionando o discurso para a intervenção que havia sido feita pelo Senhor Deputado Joaquim Carvalho, relativamente ao discurso proferido pela Ministra da Agricultura, no que concerne aos valores das exportações (que aumentaram) versus vendas de vinho do porto (que caíram), não refletindo aumento nos preços pagos pelas uvas aos viticultores e, aflorando a Vindouro, confirmou ter estado em cima da mesa a questão de se cobrar, ou não, pela Entrada, tendo optado, antes, por cobrar (não aos Produtores de Vinho) a quem tirava algum rendimento do Evento (restaurantes, atividades económicas), deixando antever que, em edições futuras, poderão existir mudanças no que concerne a Provas Pagas, Bilheteira, etc., sendo questões a ponderar e discutir para futuras edições da Vindouro.

O Senhor Presidente finalizou a sua intervenção tendo deixado um agradecimento ao Senhor Deputado Joaquim Carvalho pelo reparo do piso do pavilhão ter ficado em ótimas condições, após a Câmara ter obrigado a Empresa a corrigir o piso, adiantando, também, que é intenção da Câmara proceder ao alargamento do ginásio. Porém, têm existido contratempos que têm adiado essa pretensão, tais como gastar duzentos e sessenta mil euros nas piscinas descobertas, entre outros.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação da Proposta da 2.ª Revisão Orçamental às Grandes Opções do Plano e Orçamento.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Este, por seu turno, explicou que o ponto se referia à Segunda Revisão Orçamental, para incluir a compra de um miniautocarro, bem como ao valor do empréstimo a curto prazo.

Não havendo inscrições para intervenções, foi colocado o ponto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria, com as abstenções das Senhoras Deputadas Cláudia Martins e Lourdes Marinho e do Senhor Deputado António Froufe.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação da formação de contrato para o fornecimento contínuo de combustíveis para os veículos do Município - Autorização de abertura do procedimento e de assunção dos compromissos plurianuais;

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente do Executivo para que pudesse fazer uma explicação sobre este ponto da ordem de trabalhos, tendo o mesmo explicado, de acordo com a informação que havia sido remetida aos senhores deputados, que se tratava de uma exigência legal a abertura de procedimento concursal para aquisição de combustíveis, havendo, no entanto, obrigações, designadamente que a estação de combustíveis do vencedor não distasse mais de dois quilómetros da Sede dos Serviços, bem como estações aos longo dos percursos mais transitados em deslocações externas, como Vila Real, Porto ou Lisboa.

Acabada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, abriram-se as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Inscreveu-se a Senhora Deputada Lourdes Marinho, tendo referido que não entendia o porquê de não se proceder de outra forma, sugerindo que o Município pudesse comprar e armazenar diretamente no Armazém e, terminou, questionando o valor anual da despesa com combustíveis.

O Senhor Presidente do Município respondeu que, no respeitante à despesa com combustíveis, haviam passado de valores na ordem dos 95 mil euros para cerca de 120 mil euros, devido aos aumentos dos combustíveis, mas também do maior número de máquinas de que o município dispõe. Referiu, ainda, que poderá ser diferente no futuro, quando o Município tiver um pavilhão próprio, mas que, por agora, tinham que cumprir a lei.

Colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de contratação de empréstimo a médio e longo prazo;

Tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este pudesse fazer uma explicação sobre este ponto, referiu que se tratava de um empréstimo a contrair para fazer face a obras necessárias e reclamadas nas freguesias, e uma vez que havia capacidade de endividamento, iriam responder a esses anseios.

Acabada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, abriram-se inscrições para quem pretendesse intervir sobre o Ponto, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Frederico Selores e a Senhora Deputada Maria de Lourdes Costa.

O Senhor Frederico Selores interveio, deixando o alerta de que o município tem contraído vários empréstimos, sendo que este era mais um e que agravava as Contas da Câmara. Concluiu, dizendo que lhe parecia que a Câmara estava a contrair empréstimo para as mesmas obras, já financiadas anteriormente. Propôs, ainda, que se cobrasse bilhete de entrada para a Vindouro, uma vez que tem custos muito altos para o Município, sendo uma forma de obter receita e depender menos de empréstimos.

A Senhora deputada Maria de Lourdes referiu que não concordava com mais empréstimos, tanto mais que, na sua opinião, não via Obra. Disse que as obras já deviam estar planeadas e previstas em Orçamento, pelo que não entendia este empréstimo para financiar obras já financiadas, apontando má gestão dos dinheiros públicos e de falta de liquidez.

Respondendo a ambas as intervenções, o Senhor presidente da Câmara disse que, quanto à proposta do Senhor Deputado Frederico Selores de cobrar bilhetes para a Vindouro, de forma a entrar dinheiro, era algo a ponderar. No restante, o Senhor Presidente disse estarem ambos a confundir tudo, esclarecendo que as obras que se propunham fazer nas Freguesias eram obras novas e nunca financiadas. Notou, ainda, que uma coisa era o empréstimo a curto prazo, para fazer face aos pagamentos urgentes das Obras do Quadro 2020 (das quais iriam receber 85%, mas que tinham de ser pagas até final de Setembro de 2023) e outra coisa era este empréstimo a longo prazo (para novas obras nas Freguesias e no Município para o novo ano de 2024) e que aparecerão, em Orçamento, a aprovar. Sublinhou, ainda, que a capacidade de endividamento do Município era grande, (cerca de 15 milhões de euros) e que o empréstimo ficaria muito aquém da capacidade de que o Município dispõe, face à boa gestão que a Câmara tem feito dos dinheiros públicos. Concluiu que a decisão de aprovar o Empréstimo era de cada um dos presentes, mediante a capacidade de reconhecer se as Freguesias deviam, ou não, ter essas Obras.

Colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra das Senhoras Deputadas Cláudia Martins e Lourdes Marinho e do Senhor Deputado Frederico Selores e com a abstenção do Senhor António Froufe.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação da Proposta de contratação de empréstimo a curto prazo;

Tendo sido dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este pudesse fazer um resumo deste ponto, referiu que, no âmbito das obras candidatas a fundos europeus no quadro 2020, as mesmas teriam de estar concluídas física e financeiramente até 30 de setembro de 2023. Nessa medida, explicou que nenhum município tem capacidade para pagar no mesmo mês quantias entre os 700 a 900 mil euros. Era uma situação anormal, que ocorria no término de quadros comunitários. No fundo, eram valores que o Município receberá (os 85% de Fundos Europeus), depois de pagas as Obras, mas para tal teria de liquidar todas as faturas previamente. Explicou, ainda, que o empréstimo ficaria liquidado até 31 de Dezembro de 2023, extinguindo-se o mesmo e não significando nada para a dívida porque seria pago na totalidade.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente do Executivo, abriram-se as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto. Inscreveram-se os Senhores Deputados Frederico Selores e Joaquim Carvalho. O primeiro questionou se não haviam já feito um empréstimo, no ano anterior, para essas Obras, e terminou, perguntando, se havia a certeza de que receberiam as verbas das

candidaturas até final do ano. O segundo, perguntou de que Obras se tratavam e sublinhou que concordava, desde que o dinheiro se destinasse efetivamente a pagar essas Obras.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Executivo, para que pudesse responder às questões colocadas. Referiu que não se tratava de financiar (novamente) as mesmas obras, como havia referido o Senhor Deputado Frederico Selores, mas antes liquidar as faturas para fechar o quadro comunitário (como havia explicado anteriormente), com prazo definido, esperando receber o valor de 85% até final do ano.

O Senhor Presidente respondeu ao Senhor Deputado Joaquim Carvalho, garantindo que as verbas seriam aplicadas integralmente nas Obras da Ferradosa, Zona Industrial e Praça de Ervedosa, e que tal garantia advinha, inclusive, do Tribunal de Contas, que teria de emitir visto.

Colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra das Senhoras Deputadas Cláudia Martins e Lourdes Marinho e com as abstenções dos Senhores Deputados António Froufe e Frederico Selores. A Senhora Deputada Maria de Lurdes Costa apresentou declaração de voto, que se transcreve:

“Empréstimo a curto-prazo de 1.000.000,00 Euros. Prazo do Empréstimo até 31 de Dezembro de 2023 à Crédito Agrícola.

O júri considerou as Propostas e foi aceite a que pareceu reunir melhores condições com o Spread a 0,000%, mas nas Taxas de Juro aparece a Euribor a 3 Meses, acrescida de Spread. Voto contra porque apenas foram consultadas três instituições bancárias: Caixa Agrícola, CGD e BPI.

Pergunto: a que se destina o valor deste empréstimo?

Há gastos exagerados em festas, representações e aumento nos Recursos Humanos. Se não tivessem gastado tanto dinheiro, teriam liquidez para efetuar os pagamentos, sem que tivessem de recorrer à Banca.

Alerto que as Obras, objeto de Candidaturas têm de ser terminadas, porque, caso não estejam concluídas física ou financeiramente, resultará daí o impedimento de acesso a novos fundos europeus”.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Alteração ao mapa de pessoal para o ano de 2023;

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este pudesse fazer uma explicação sobre este ponto. Explicou que estavam abertas candidaturas para um Programa do Governo, a nível nacional (para todos os Concelhos) designado Radar Social. Explicou que o Projeto financiaria o pagamento integral dos ordenados dos dois técnicos superiores (pelo menos pelo período de vinte e sete meses) exigindo que os mesmos fossem do Quadro do Município. Como o Governo havia definido dois Técnicos Superiores para Municípios com população inferior a vinte e cinco mil pessoas, havia a necessidade de contratar técnicos para afetar à sua operacionalização, uma vez que no aviso de abertura estavam

definidas especificamente as áreas de formação dos técnicos, não tendo o Município Técnicos nessas Áreas para afetar à execução da Candidatura. Referiu, ainda, que existia (no Mapa de Pessoal) um lugar disponível para a contratação de um técnico, por tempo indeterminado, em virtude da saída de um Técnico Superior do Município, devendo, pois, prever-se mais um lugar para o efeito, nos mesmos termos. Terminou, referindo que o Município não podia deixar de aproveitar a oportunidade de se candidatar a este apoio, à semelhança de outros Municípios do País, tendo garantida a sua aprovação nos termos referidos.

Terminada intervenção do Senhor Presidente do Executivo, abriram-se as inscrições para quem pretendesse intervir sobre este ponto.

Inscreeveu-se a Senhora Deputada Maria de Lurdes Costa, tendo notado que o Projeto pagaria, apenas, vinte e sete meses de ordenados, pelo que não concordava com contratação por tempo indeterminado. Em jeito de resposta, o Senhor Presidente do executivo referiu que, no âmbito da ação social, o município (aquando da delegação de competências) no RSI e SAAS não contratou ninguém (tendo afetado dois técnicos do quadro àqueles novos serviços) e, para além disso, o Município estava também a assumir competências cada vez mais vastas na área social, sendo necessário ter Técnicos no Quadro capazes de responderem às novas competências que vinham sendo assumidas.

Colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com os votos contra das Senhoras Deputadas Cláudia Martins e Lourdes Marinho e com a abstenção do Senhor António Froufe.

A Sra. Maria de Lurdes Costa apresentou declaração de voto, que se transcreve: "Voto contra porque, de 147 postos de trabalho, passarão a constar 148. A alteração é só de um posto de trabalho. Mas, o que me surpreende é o Cargo que vai desempenhar um Técnico Superior com contrato de trabalho por tempo indeterminado. Quem vai ocupar este cargo? Quem será o(a) beneficiado(a)? Será mesmo necessário?"

Ponto 7 - Análise, discussão e votação da desafetação de duas parcelas de terreno, sitas no Loteamento de Pojares, com a área de 75,80m² cada totalizando 151,60m²;

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que explicou que se tratava da desafetação de duas pequenas parcelas do domínio público, a pedido de um munícipe, para posterior venda, o que facilitaria a construção do novo lote privado e desoneraria o município desse espaço público desnecessário, aliás como já fizeram noutras situações.

Colocado o ponto à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com a abstenção da Senhora Deputada Lourdes Marinho.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia solicitou ao Plenário a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 a fim de ter eficácia externa, tendo sido aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 17 horas e 10 minutos. Relembrou, ainda, que quem necessitasse de justificação de falta se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por unanimidade irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal

Luís Carlos Diogo

1.º Secretário

O 2.º Secretário
